

EDITORIAL

“Processo e Consumo Sustentáveis” é o tema a que se dedica o Volume III dos textos apresentados ao Congresso Internacional de Direito Processual Civil – Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável Global e Digital, realizado no âmbito do Projeto de Investigação “O Futuro do Processo Civil Europeu e Transnacional” do Instituto Jurídico Portucalense.

São dez artigos científicos, submetidos ao processo *double-blind peer review*, que integram a Secção “Investigação Científica” da Revista e que aqui passamos a apresentar, sumariamente.

No primeiro, Begoña FERNÁNDEZ RODRIGUEZ questiona: “¿Por qué debemos estar expectantes ante el próximo informe de funcionamiento de la plataforma europea de resolución de litigios en línea que emita la Comisión Europea?” A utilização da plataforma de resolução de litígios em linha, na União Europeia, tem vindo a ser monitorizada, pelo que a autora mostra as fragilidades do sistema e defende uma reavaliação da sua utilidade e aplicação de novas soluções que incentivem a sua utilização.

Segue-se Cátia Marques CEBOLA, a “Revisitar os Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo em Portugal: evolução recente e tendências de digitalização.” Considerando as mais recentes alterações legislativas introduzidas na matéria, assim como a progressiva digitalização que se tem vivenciado no funcionamento dos centros de arbitragem de conflitos de consumo, são analisadas as virtualidades e, bem assim, as desvantagens inerentes às ferramentas eletrónicas quando aplicadas à resolução de reclamações de consumidores.

“A proteção do cônjuge do consumidor insolvente: a compatibilização das normas do CIRE com as regras substantivas e com o artigo 740.º do CPC” é um outro artigo em que Eva DIAS COSTA e Rui DARLINDO procuram lançar alguma luz sobre essa harmonização das normas do Código de Insolvência e Recuperação de Empresa com as regras substantivas das dívidas entre

cônjuges e da garantia patrimonial por estas dívidas que resulta do Código Civil, bem como do regime do Código de Processo Civil, designadamente, com consagração no artigo 740.º.

Com preocupação sobre “O papel das novas tecnologias na educação para o consumo sustentável: tópicos para uma formação cívica e multidisciplinar do consumidor”, Fernanda REBELO questiona se as novas tecnologias podem desempenhar um importante papel na educação para o consumo sustentável. Nesse sentido, analisa a questão da sustentabilidade e os direitos humanos no mundo globalizado, com destaque para a identificação dos problemas derivados do consumo desenfreado e irresponsável, a par das soluções legislativas disponíveis, num contexto digital e de cidadania. Alerta para a necessidade de incrementar planos de educação cívica e de formação multidisciplinar orientados para o consumo sustentável, válidos tanto para as crianças e jovens como para os adultos, com o recurso às novas tecnologias.

Por sua vez, José Manuel CASTILLO LÓPEZ apresenta uma “Análisis económico del derecho y resolución alternativa de conflictos de consumo: eficiencia y equidad”. Face aos pontos fracos da administração da justiça espanhola, os meios de resolução alternativa de litígios são vias complementares que as empresas e os consumidores podem utilizar, os quais proporcionam maior eficiência e aumento do bem-estar dos cidadãos, tendo em conta o menor custo, a celeridade e transparência, ademais incrementados pela introdução de plataformas digitais de gestão de conflitos.

A seguir, Nuria MARCHAL ESCALONA apresenta um estudo sobre “La Resolución Alternativa de Litigios en los Servicios Turísticos Contratados por vía Digital en España”. Na medida em que as transações comerciais virtuais têm sido expressivas no sector do turismo, a proteção dos direitos e interesses dos consumidores exige uma arbitragem especializada e construída com uma orientação de proteção do consumidor. A Autora propõe a criação de uma entidade ADR especializada e mostra como deve ser concebida e configurada essa entidade na legislação espanhola.

No âmbito do processo de estabilização e desenvolvimento do sistema de justiça na Ucrânia, desde a sua independência, Roksolana KHANYK-POSPOLITAK, Tetiana KOROTENKO apresentam um estudo sobre o “Instituto do provedor de justiça especializado vs resolução de disputas com a participação de um juiz: situação atual e perspectiva de desenvolvimento”. Percorrem as várias iniciativas de criação de sistemas de mediação e de um instituto de provedoria de justiça, através de provedores de justiça especializados, designadamente na área empresarial, de seguros, energia, línguas e educação. Mostram, assim, que a Ucrânia está a adotar as melhores práticas mundiais de resolução de litígios, que irão contribuir para uma resolução mais rápida e eficaz do conflito.

Silvana CANALES GUTIÉRREZ, por sua vez, expõe sobre “Las plataformas virtuales de la economía social y la economía colaborativa: una posibilidad más de acceso a la vivienda y desarrollo de los ODS 8, 11 y 12 en tiempos de la COVID-19”. Em especial, com relação aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considera que a utilização de plataformas digitais em alguns casos pode ajudar a cumprir alguns ODS, como seja: assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis (12 ODS); promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos (8 ODS) e cidades e comunidades sustentáveis (11 ODS).

Sobre “A nova agenda do consumidor e a prestação de informações sobre consumo sustentável: o greenwashing, branqueamento ecológico ou ecobranqueamento”, escrevem Susana ALMEIDA e Liliana CASAL. Na medida em que a nova agenda do consumidor tem como preocupação a necessidade de proporcionar aos consumidores a possibilidade de desempenharem um papel ativo na transição ecológica, é fundamental uma informação relevante, confiável e verdadeira sobre a sustentabilidade dos produtos. Por seu lado, as práticas de greenwashing, branqueamento ecológico ou ecobranqueamento criam obstáculos a esse objetivo, pelo que as Autoras, além de exporem as intenções legislativas da Comissão neste domínio, fazem uma reflexão sobre a melhor estratégia para garantir a tutela efetiva do consumidor contra essas práticas.

Por fim, Yuriy PRYTYKA, Miglė ŽUKAUSKAITĖ-TATORĖ e Olena TEREKH tratam “A Questão da Aplicação dos Métodos Alternativos de Resolução de Litígios Laborais na Ucrânia e Lituânia”. Analisam a experiência e o estado atual da regulamentação legislativa do procedimento de resolução de litígios trabalhistas na Lituânia e na Ucrânia, com vista a desenvolver um modelo ideal para consideração e resolução de litígios trabalhistas.

Como é habitual e merecido, deixamos aqui expresso o nosso reconhecido agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Editora Geral
Mónica Martinez de Campos

Pela Organização do Congresso
Lurdes Varregoso Mesquita

EDITORIAL

Volume III of the texts presented to the International Congress of Civil Procedural Law. The Challenges of Global and Digital Sustainable Development carried out within the Research Project “The Future of European Civil Procedure and Transnational” of the Portucalense Institute for Legal Research. The subject of this Volume is “Sustainable Process and Consumption.”

Ten scientific articles were submitted to the double-blind peer-review process and are part of the “Scientific Research” Section of the Journal.

In the first one, Begoña FERNÁNDEZ RODRIGUEZ asks: “Why should we look forward to the forthcoming report on the functioning of the European online dispute resolution platform to be issued by the European Commission?” The online dispute resolution platform in the European Union has been monitored and will be the subject of a report due within a few months. The author explores the system’s weaknesses and proposes a reassessment of its usefulness and the application of new solutions that encourage its use.

This is followed by Cátia Marques CEBOLA, who has decided to “Revisit the Consumer Conflict Arbitration Centres in Portugal: recent developments and digitalisation trends.” In light of recent legislative changes as well as progressive digitalisation that has been experienced in the operation of consumer dispute arbitration centres. She considers the potentialities and the inherent disadvantages of electronic tools when applied to resolving disputes.

“The protection of the spouse of the insolvent consumer: the compatibility of CIRE, the substantive rules, and article 740.º of the CPC” is another article in which Eva DIAS COSTA and Rui DARLINDO seek to shed some light on the harmonisation of rules of the Code of Insolvency with the substantive laws for debts between spouses and the equity guarantee for these debts that results from the Civil Code, as well as from the regime of the Code of Civil Procedure, namely, article 740.º.

Concerned about “the role of new technologies in the education for sustainable consumption: topics for civic and multidisciplinary consumer education”, Fernanda REBELO questions whether new technologies can play an essential role in education for sustainable consumption. The author analyses the issue of sustainability and human rights in the globalised world, emphasising the identification of problems arising from unbridled and irresponsible consumption, along with available legislative solutions, in a digital and citizenship context, and alerts to the need to increase civic education and multidisciplinary training plans oriented towards sustainable consumption, with the use of new technologies, something which she says is valid for children as well as for adults.

José Manuel CASTILLO LÓPEZ presents an “Economic analysis of law and alternative dispute resolution in consumer disputes: efficiency and fairness”. The author claims that given the weaknesses of the Spanish administration of justice, alternative dispute resolution means are complementary ways that companies and consumers can use, which provide greater efficiency and increase the well-being of citizens, with lower cost and higher speed and transparency, further enhanced by the introduction of digital conflict management platforms.

Next, Nuria MARCHAL ESCOLONA presents a study on “Alternative Dispute Resolution in Digitally-Contracted Tourism Services in Spain”. As virtual commercial transactions have been expressive in the tourism sector, protecting consumer rights and interests requires specialised arbitration built with a consumer protection orientation. The author proposes the creation of a specialised ADR entity and shows how this entity should be conceived in Spanish legislation.

As part of the stabilisation and development of the justice system in Ukraine since its independence, Roksolana KHANYK-POSPOLITAK and Tetiana KOROTENKO present a study on the “Institute of specialised ombudsman vs dispute resolution with the participation of a judge: current situation and development prospect”. They analyse the various initiatives to create mediation systems involving specialised ombudspersons, namely in the business, insurance, energy, languages, and education areas. They show that Ukraine was

in the process of adopting the world's best dispute resolution practices to achieve faster and more effective resolution of conflicts.

Silvana CANALES GUTIÉRREZ, in turn, talks about “The virtual platforms of the social economy and the collaborative economy: one more possibility of access to housing and development of SDGs 8, 11 and 12 in times of COVID-19”. She considers that the use of digital platforms, in some cases, can help to meet some Sustainable Development Goals (SDGs), such as: ensuring sustainable consumption and production patterns (SGD 12; promoting sustained, inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment and decent work for all (SDG 8) and sustainable cities and communities (SDG 8).

Susana ALMEIDA and Liliana CASAL write about “The New Consumer Agenda and providing information on sustainable consumption: greenwashing”. As the new consumer plan is concerned with allowing consumers to play an active role in the ecological transition, there is a need for relevant, reliable and truthful information about the sustainability of products. The practices of greenwashing, ecological whitening or eco-whitening create obstacles to this objective. The authors list the Commission's legislative intentions in this area and reflect on the best strategies to guarantee the adequate protection of the consumer against these practices.

Finally, Yuriy PRYTYKA, Miglė ŽUKAUSKAITĖ-TATORĖ and Olena TEREKH deal with “To the Question of Application Alternative Methods of Resolving Labour Disputes in Ukraine and Lithuania”. They analyse the experience and current state of the legislative regulation of labour dispute settlement procedures in Lithuania and Ukraine to develop an optimal model for resolving labour disputes.

As is usual and well deserved, we express our gratitude to the Foundation for Science and Technology (FCT).

The General Editor,

On behalf of the Congress Organization,

Mónica Martinez de Campos

Lurdes Varregoso Mesquita



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Do conhecimento à prática.

IJP INSTITUTO JURÍDICO
PORTUCALENSE

// 1.º Congresso Internacional

Direito Processual Civil

Os desafios do desenvolvimento sustentável global e digital

20 e 21 de maio de 2021
modalidade online via Zoom

20 de maio

//14h30 - Sessão de Abertura

Sebastião Feyo, Magnífico Reitor da Universidade Portucalense**Maria Manuela M. Silva**, Diretora do Departamento de Direito**Wladimir Brito**, Diretor do Instituto Jurídico**Esther Pillado González**, Representação das Universidades Parceiras**José Carmelo Gomes**, Coordenador Responsável**Lurdes Varregoso Mesquita**, Investigadora Responsável

//15h00 - 1.ª Sessão Plenária

Processo Civil Transnacional e Europeu: Desafios do Desenvolvimento Global

Moderador **Wladimir Brito**

Oradores

Jordi Nieva-Fenoll, Professor Catedrático de Direito Processual da Universidade de Barcelona*El impacto de la inteligencia artificial en la armonización del procedimiento civil europeo.***João Paulo Remédio Marques**, Professor Associado da Universidade de Coimbra e da Universidade Portucalense*Problemas processuais no contexto internacional.***Leticia Fontestad Portales**, Professora Titular da Universidade de Málaga*Reconocimiento y ejecución de laudos arbitrales internacionales a la luz del brexit.*

//16h30 - Debate

//17h00 - Comunicações
(Linhas temáticas do 1.º Painel)

Siga-nos em:



Organização:



Em colaboração com:



21 de maio

//10h00 - 2.ª Sessão Plenária

Processo Civil na Era Digital: Desafios do Desenvolvimento Tecnológico

Moderadora **Lurdes Varregoso Mesquita**

Oradores

Esther Pillado González, Professora Catedrática de Direito Processual da Universidade de Vigo*Reflexiones sobre la aplicación de la inteligencia artificial al proceso civil.***Paulo Pimenta**, Presidente do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados. Professor Convidado da Universidade Portucalense*Produção de prova e mediação na era digital: admirável mundo novo ou mera ilusão?***Marco Antonio Rodrigues**, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado *Justiça digital e os desafios aos institutos tradicionais do processo.*

//11h30 - Debate

//12h00 - Comunicações
(Linhas temáticas do 2.º Painel)//14h00 - Comunicações
(Linhas temáticas do 3.º Painel)

//15h00 - 3.ª Sessão Plenária

Processo e Consumo Sustentáveis

Moderadora **Cátia Marques Ceboia**

Oradores

Lorenzo Bujosa Vadell, Professor Catedrático de Direito Processual da Universidade de Salamanca*Acuerdos colectivos y la protección del consumidor.***Fernando Esteban de la Rosa**, Professor Catedrático de Direito Internacional Privado da Universidade de Granada*Los litigios transfronterizos y el acceso a la justicia a través de la plataforma europea ODR***Jorge Morais Carvalho**, Professor Associado da NOVA School of Law e Diretor do NOVA Consumer Lab
Jurisprudência sustentável em matéria de consumo.

//16h30 - Debate

//17h00 - Sessão de encerramento